

Audiência Pública em 18 de junho de 2025, referente a classificação e o preço da banana

A audiência foi aberta pelo Vereador Lucas Justin Vieira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que destacou os desafios enfrentados por agricultores locais. Após leitura do roteiro pela Vereadora Mônica de Souza, os trabalhos foram secretariados por ela e pelo vereador Josuel Schneiger. O Vereador Josuel Schneiger compartilhou sua vivência como filho de agricultores e criticou a remuneração injusta na produção de banana e abacaxi. Sugeriu a criação de um selo de origem para valorizar o produto local. Wolnei Márcio Fenner, técnico da Emater, explicou a importância da banana para a economia local e para o consumo interno do estado. Ressaltou três pontos críticos: o preço injusto pago aos produtores, o peso mínimo exigido por caixa, e a classificação inadequada, que gera desperdício. Ele sugeriu a realização de um estudo técnico científico para identificar os gargalos da cadeia produtiva. Gilberto de Ávila Vargas, presidente do Sindicato Rural, afirmou que os problemas com o peso da banana são antigos e persistentes. Reafirmou o apoio do sindicato na luta por preço, peso e classificação justos, evitando tratar da comercialização, considerada mais complexa. Lucas Vieira destacou preocupações dos produtores com a recente adoção da categoria “banana de terceira”, que não possui demanda significativa, e com a chamada “taxa de perda”, que reduz artificialmente o valor pago pela produção. Sidnei Justin Witt, da Coomafitt, enfatizou que o problema é histórico, afetando produtores desde muito tempo. Informou que hoje a cooperativa prioriza a comercialização com o mercado institucional, via programas como PNAE e PA. O representante da Coomafitt destacou que programas institucionais garantem valores mais justos aos produtores. Porém, apontou que a entrada no mercado privado exige maior organização e melhoria da qualidade da banana. Ele ressaltou que uma comercialização justa fomenta renda e incentiva a sucessão rural, com jovens retornando ao campo graças às oportunidades das cooperativas. A prefeita de Itati, Madalena Trisch, salientou a importância histórica da produção de banana na região e reafirmou o apoio do poder público. Anunciou nova audiência durante a Festa da Banana e colocou o município à disposição para articulações junto ao Estado e ao CEASA. O prefeito de Terra de Areia, Osvaldo de Mattos Sobrinho, compartilhou experiências como produtor e comerciante. Criticou práticas injustas históricas e apontou a necessidade de se identificar claramente os gargalos da cadeia produtiva. Mencionou disparidades de preços entre regiões como Brasília e o RS. Foi relatado que comerciantes enfrentam dificuldade para concorrer com feirantes, que vendem a banana por preços significativamente menores, gerando prejuízos. Apontou-se que os produtores não têm tempo para articular melhorias, cabendo aos poderes públicos essa função de representação. Reforçou-se a importância de evitar o êxodo rural, estimulando os jovens a permanecerem no campo. Citou-se a Lei da Rota das Bananas, articulada pelo Dep. Luciano Silveira, como possibilidade de criação de um selo do Litoral Norte, agregando valor ao produto local. O ex-prefeito de Itati, Flori Werb, compartilhou depoimentos emocionados sobre injustiças antigas na comercialização. Elogiou a Coomafitt pela compra direta da banana orgânica e defendeu a priorização da produção local pelos órgãos públicos. O representante do Deputado Luciano Silveira reforçou o apoio à causa e anunciou a intenção de realizar uma audiência pública na Assembleia Legislativa.

Ressaltou o cultivo contínuo da banana e sua importância estratégica para a economia regional. O presidente da audiência destacou o microclima litorâneo favorável às frutas tropicais e propôs a instalação de uma agroindústria de banana para produzir derivados, como chimia e chips. Defendeu a organização dos produtores, com eliminação de intermediários, inspirando-se na cadeia do abacaxi. Sugeriu a abertura das grandes redes de mercado para compras diretas e ressaltou que quem lida com o risco climático é o agricultor, e não os atravessadores. A organização da cadeia foi defendida como medida fundamental para devolver o protagonismo ao produtor. O presidente da Câmara, vereador Manuel Pedro, e a vereadora Elizete Ferreira encerraram a audiência reafirmando o compromisso do legislativo com os agricultores. Elizete fez críticas contundentes ao papel histórico do atravessador como principal beneficiário financeiro da cadeia. Durante a audiência, foi mencionada a atuação anterior do sindicato e da Secretaria de Turismo em iniciativas para integrar a agricultura ao turismo local. Defendeu-se a valorização das bases econômicas dos municípios, sobretudo em regiões com forte dependência da agricultura, como Terra de Areia, Itati e Três Forquilhas. Diversos participantes expressaram inquietação com o êxodo de jovens do campo: O presidente da audiência destacou a migração contínua das novas gerações para os centros urbanos, motivada pela falta de reconhecimento e retorno financeiro no campo. A vereadora Mônica de Souza compartilhou experiências pessoais, destacando as dificuldades da lida na roça e a frustração com a classificação da banana. Estendeu sua preocupação a outros produtos, como o tomate, e defendeu o fortalecimento de múltiplas cadeias produtivas. Joanito, agricultor, relatou que, apesar de desejar a permanência dos filhos na agricultura, considera isso cada vez mais inviável devido a dívidas, intempéries climáticas e desvalorização comercial da banana. Houve críticas contundentes à falta de fiscalização no transporte e na emissão de notas fiscais, apontando a ação de atravessadores ilegais e a ausência de penalizações efetivas. Destacou-se que os produtores são os mais prejudicados, especialmente quando ocorrem perdas na lavoura, como com as recentes tempestades. Foi feita uma analogia com o litro de leite: caixas de banana, que deveriam ter 20 kg, são preenchidas com 30 ou até 40 kg, sem compensação financeira, o que foi considerado símbolo da exploração sofrida. O presidente da Coomafitt compartilhou a inquietação recorrente sobre o valor real do trabalho do agricultor frente ao preço final pago. Informou que o quilo da banana é comprado por R\$ 1 a R\$ 2, valor insuficiente para cobrir a mão de obra. Estão em andamento dois projetos de agroindústrias: uma em Itati e outra em Terra de Areia. Destacou-se a aquisição de um caminhão para melhorar a logística da Coomafitt. A industrialização foi apontada como via para entrar no mercado privado, com apoio de redes como a COPE. O presidente da Comissão agradeceu a todos os presentes, enaltecendo as contribuições, especialmente dos agricultores. Anunciou uma nova audiência no sábado, durante a Festa da Banana em Mampituba, e finalizou com votos de bom feriado.

Presidente da Comissão

Secretário

Secretária